



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ENEVA COMERCIALIZADORA DE ENERGIA LTDA

31 de dezembro de 2023 e 2022

Com relatório dos auditores independentes
sobre as demonstrações financeiras

SUMÁRIO

Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS	3
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES	4
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	5
BALANÇO PATRIMONIAL	6
BALANÇO PATRIMONIAL - CONTINUAÇÃO	7
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	9

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

01. Contexto Operacional	9
02. Apresentação das Demonstrações Financeiras	9
03. Estimativas e julgamentos contábeis críticos	10
04. Receita operacional líquida	10
05. Custos e despesas por natureza	11
06. Resultado financeiro	12
07. Tributos sobre o lucro e impostos diferidos	12
08. Contas a receber	14
09. Valor justo dos contratos de energia	15
10. Fornecedores	16
11. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos	17
12. Partes relacionadas	21
13. Provisão para contingências	21
14. Patrimônio líquido	22

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (em milhares de reais)

AS NOTAS
SÃO CLICÁVEIS 

	Nota	2023	2022
Receita operacional líquida	4	2.090.038	541.604
Custo operacional	5	(2.027.193)	(672.912)
Lucro/(prejuízo) bruto		62.845	(131.308)
Despesas/receitas operacionais			
Gerais e administrativas	5	(14.364)	(11.390)
Outras receitas operacionais	5	193	-
Lucro/(prejuízo) antes do resultado financeiro e dos tributos sobre o lucro		48.674	(142.698)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	6	2.782	1.306
Despesas financeiras	6	(1.639)	(537)
Lucro/(prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro		49.817	(141.929)
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro			
Diferido	7	(16.981)	40.567
Lucro/(prejuízo) líquido do exercício		32.836	(101.362)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (em milhares de reais)

	2023	2022
Lucro/(prejuízo) líquido do exercício	32.836	(101.362)
Outros resultados abrangentes		
Itens que serão reclassificados posteriormente para o resultado		
Ganho/(perda) com derivativos	1.047	(1.047)
Total de outros resultados abrangentes do exercício	33.883	(102.409)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (em milhares de reais)

AS NOTAS
SÃO CLICÁVEIS 

	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro/(prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro	49.817	(141.929)
Ajustes para reconciliar o lucro ao fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	1.321	983
Rendimento de aplicações (TVM)	1.136	1.120
Valor justo dos contratos de comercialização de energia	(66.169)	86.746
Valor justo dos derivativos	(1.157)	-
Juros de passivo de arrendamento	519	-
	(14.533)	(53.080)
Aumento/(diminuição) dos ativos e dos passivos operacionais:		
Contas a receber	(63.557)	37.778
Impostos a recuperar	556	1.718
Impostos, taxas e contribuições	196	(1.216)
Fornecedores	89.824	70.310
Operações comerciais com partes relacionadas	4.920	(50.415)
Outros ativos e passivos	(11.033)	4.690
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro pagos	(2.082)	(522)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados nas atividades operacionais	4.291	9.263
Fluxo caixa das atividades de investimentos		
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	3.790
Aplicações em títulos e valores mobiliários	(223)	(11.677)
Aquisição de imobilizado e intangível	(2.731)	(1.907)
Caixa e equivalentes de caixa líquido consumidos pelas atividades de investimentos	(2.954)	(9.794)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Liquidação de instrumento financeiro – NDF	1.157	-
Pagamento de passivo de arrendamento	(1.576)	(5.309)
Caixa e equivalentes de caixa líquido consumidos pelas atividades de financiamentos	(419)	(5.309)
Aumento/(diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	918	(5.840)
Demonstração da variação de caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	645	6.485
No fim do exercício	1.563	645
Aumento/(diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	918	(5.840)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (em milhares de reais)

AS NOTAS
SÃO CLICÁVEIS 

	Nota	2023	2022
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa		1.563	645
Títulos e valores mobiliários		5	918
Contas a receber	8	140.733	77.176
Valor justo dos contratos de energia	9	392.059	389.010
Operações comerciais com partes relacionadas	12	73.215	-
Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar		2.539	305
Outros impostos a recuperar		1.523	2.231
Instrumentos financeiros derivativos	11	21.874	-
Adiantamentos a fornecedores		963	-
Outros		291	326
		634.765	470.611
Não circulante			
Valor justo dos contratos de energia	9	492.943	293.642
Operações comerciais com partes relacionadas	12	2.617	66.906
Outros impostos a recuperar		162	162
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	7	56.248	73.230
Outros		9.758	-
		561.728	433.940
Imobilizado		8.248	7.385
Intangível		2.303	14
		572.279	441.339
Total Ativo		1.207.044	911.950

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇO PATRIMONIAL - CONTINUAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (em milhares de reais)

AS NOTAS
SÃO CLICÁVEIS 

	Nota	2023	2022
Passivo circulante			
Fornecedores	10	179.435	88.153
Valor justo dos contratos de energia	9	478.854	484.198
Arrendamento		1.181	1.042
Operações comerciais com partes relacionadas	12	95.469	25.207
Imposto de Renda e Contribuição Social a recolher		33	3
Outros impostos a recolher		333	167
Obrigações sociais e trabalhistas		256	496
Participações nos lucros		17	1.486
Instrumentos financeiros		-	1.103
Outros		11	4.646
		755.589	606.501
Não circulante			
Valor justo dos contratos de energia	9	411.175	247.776
Operações comerciais com partes relacionadas	12	9.456	65.872
Arrendamento		3.071	4.267
Outros		6.336	-
		430.038	317.915
Total do Passivo		1.185.627	924.416
Patrimônio líquido			
Capital social	14	66.941	63.151
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	3.790
Outros resultados abrangentes		-	(1.047)
Prejuízos acumulados		(45.524)	(78.360)
Total do patrimônio líquido		21.417	(12.466)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		1.207.044	911.950

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (em milhares de reais)

	Capital Social	AFAC	Reserva legal	Reserva de capital	Lucro/(prejuízos) acumulados	Outros resultados abrangentes	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro 2022	63.151	-	2.208	23.133	(2.340)	-	86.152
Transações com acionistas:							
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(101.362)	-	(101.362)
Compensação de prejuízos	-	-	(2.208)	(23.133)	25.342	-	1
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	3.790	-	-	-	-	3.790
Outros resultados abrangentes:							
Perda com derivativos	-	-	-	-	-	(1.047)	(1.047)
Saldo em 31 de dezembro 2022	63.151	3.790	-	-	(78.360)	(1.047)	(12.466)
Transações com acionistas:							
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	32.836	-	32.836
Aumento de Capital	3.790	(3.790)	-	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes:							
Ganho com derivativos	-	-	-	-	-	1.047	1.047
Saldo em 31 de dezembro 2023	66.941	-	-	-	(45.524)	-	21.417

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional

A Eneva Comercializadora de Energia Ltda (a “Empresa” ou Eneva Comercializadora”) é uma sociedade limitada, com sede na Praia de Botafogo, localizada no Estado do Rio de Janeiro, constituída em 17 de setembro de 2007, que atua no Ambiente de Contratação Livre (ACL), posicionada de forma a aumentar a rentabilidade de produtos existentes; administrar o risco da liquidez em contratos de curto, médio e longo prazo; aumentar o valor adicionado de seus produtos através de inteligência de mercado; novas oportunidades de negócios; e aumento da rentabilidade de ativos já existentes por meio de melhorias na gestão do nosso portfólio de energia.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

Base de preparação

As demonstrações financeiras da Empresa referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”).

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão apresentadas nas respectivas notas explicativas.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Empresa no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, são divulgadas em notas explicativas, quando aplicável.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 26 de abril de 2024.

Declaração de relevância

Aplicamos a Orientação Técnica OCPC 7, atendendo aos requerimentos mínimos e, ao mesmo tempo, divulgando somente informações relevantes, que auxiliem os leitores na tomada de decisões. Portanto, todas as informações relevantes usadas na gestão do negócio estão evidenciadas neste documento.

Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2023, a Administração avaliou a capacidade da Empresa em continuar operando normalmente e, apesar de apresentar capital circulante líquido (CCL) negativo nas demonstrações financeiras no montante de R\$ 120.824 (em 31 de dezembro de 2022 era de R\$ 135.890), entende que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo. Na composição do CCL está contida a marcação a mercado dos contratos futuros de energia firmados pela Empresa. Essa marcação representa o valor justo estimado das posições compradas e vendidas dos contratos futuros de comercialização de energia e não refletem exatamente o montante a ser liquidado pela Empresa.

Adicionalmente, a Empresa gerou em 2023 fluxo de caixa operacional positivo no montante de R\$ 4.291 (R\$ 9.263 em 31 de dezembro de 2022) e auferiu lucro em 2023 no montante de R\$ 32.836 (em 31 de dezembro de 2022 prejuízo de 101.362). A Administração avaliou a capacidade da Empresa em continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro, inclusive nas obrigações de curto prazo, em caso de necessidade o acionista controlador fará aportes financeiros para garantir a continuidade das suas operações. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Portanto, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais ("R\$"), que é a moeda funcional da Empresa e arredondada para milhares.

Práticas contábeis

As práticas contábeis materiais da Empresa estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

Mudanças nas práticas contábeis e divulgações de normas emitidas pelo CPC e IASB

(i) Alterações em pronunciamentos contábeis em vigor

O IASB e CPC emitiram revisões às normas existentes aplicáveis a partir de 01 de janeiro de 2023. Outras normas também entraram em vigor a partir de 01 de janeiro de 2023, mas não identificamos impactos materiais às demonstrações financeiras da Empresa.

(ii) Alterações em pronunciamentos contábeis a partir de 2024

Recentemente, algumas normas e interpretações contábeis foram emitidas e entraram em vigor a partir de 2024. A Empresa não adotou antecipadamente nenhuma norma e não espera que elas tenham impacto significativo nas demonstrações financeiras futuras da Empresa.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Empresa e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua, e seus resultados são reconhecidos prospectivamente.

3.1 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Estimativa	Nota Explicativa
Recuperabilidade dos impostos diferidos	7
Valor justo dos contratos de energia	9
Provisão para contingências	13

4. Receita operacional líquida

Prática contábil

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda de energia elétrica no curso normal das atividades da Empresa. A receita apresentada é líquida dos tributos sobre vendas, devoluções, abatimentos e descontos.

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do exercício assim se apresenta:

	2023	2022
Receita bruta		
Venda de energia (ACL)	2.230.158	599.100
Valor justo dos contratos de energia	66.169	-
	2.296.327	599.100
Deduções da receita		
Impostos sobre vendas	(206.289)	(57.496)
	(206.289)	(57.496)
Total da receita líquida	2.090.038	541.604

Ambiente de Contratação Livre (ACL)

É o segmento de mercado no qual se realizam as operações de compra e venda de energia elétrica, objeto de contratos bilaterais livremente negociados, conforme regras e procedimentos de comercialização específicos.

a. Venda de energia ACL

Na operação de contratação em ambiente livre, a Empresa tem o direito de reconhecer a receita de venda de energia pelo valor do MWh. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia elétrica.

b. Valor justo dos contratos de comercialização de energia

A Empresa tem um portfólio de contratos de comercialização de energia (compra e venda) que visam atender demandas e ofertas de consumo ou fornecimento de energia. Tais operações de compra e venda de energia são transacionadas em mercado ativo. Os valores apresentados são referentes ao resultado da marcação a mercado (MtM) desses contratos de compra e venda para entrega futura. Esse valor justo é mensurado conforme nota explicativa 9 – Valor justo dos contratos de energia.

5. Custos e despesas por natureza

	2023	2022
Custos		
Regulatórios	(175)	(290)
Energia elétrica para revenda	(2.026.632)	(585.877)
Valor justo dos contratos de energia	-	(86.745)
Outras	(386)	-
	(2.027.193)	(672.912)
Despesas administrativas e gerais		
Pessoal	(3.115)	(6.562)
Serviços de terceiros	(7.208)	(2.248)
Depreciação e amortização	(1.321)	(983)
Outras	(2.720)	(1.597)
	(14.364)	(11.390)
Outras receitas		
Outras receitas	193	-
	193	-
	(2.041.364)	(684.302)

6. Resultado financeiro

	2023	2022
Receitas financeiras		
Aplicação financeira	1.136	1.252
Ganhos realizados com derivativos	1.157	-
Outras	489	54
	2.782	1.306
Despesas financeiras		
Multa e juros pagos	(305)	(34)
IOF	(369)	4
Juros de passivo de arrendamento	(519)	(443)
Outros	(446)	(64)
	(1.639)	(537)
Resultado financeiro	1.143	769

7. Tributos sobre o lucro e impostos diferidos

Prática contábil

Os encargos de Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro (CSL) correntes e diferidos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.

A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Empresa nas apurações dos tributos sobre o lucro com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e, quando apropriado, estabelece provisões dos valores estimados para pagamento às autoridades fiscais.

Os tributos diferidos sobre o lucro são compensados quando há um direito legalmente exequível sobre a mesma entidade tributável. Os ativos fiscais diferidos decorrentes de perdas fiscais e diferenças temporárias não são reconhecidos quando não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais possam ser utilizados.

As despesas de IRPJ e CSL do exercício são reconhecidas na demonstração do resultado, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido.

Estimativas e julgamentos

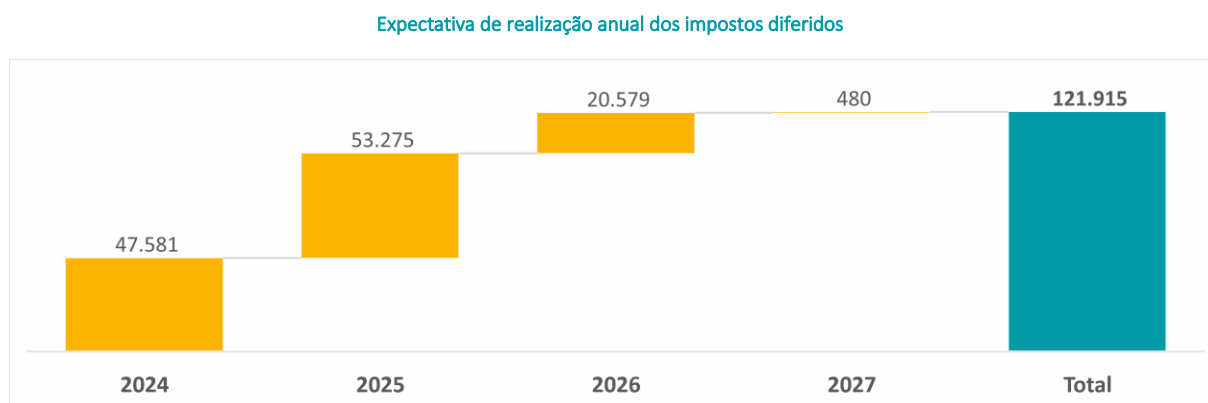
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos - Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os adotados para fins de tributação e sobre prejuízos fiscais na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão compensados. A projeção dos lucros tributáveis futuros está alinhada com o plano estratégico da Empresa e o período estimado de realização dos impostos diferidos é de 4 anos. As estimativas dos lucros tributáveis futuros estão fundamentadas em estudo técnico de viabilidade, levando em consideração as principais premissas de receitas estimadas, custos e despesas, crescimento econômico e CAPEX.

Impostos diferidos

Composição dos tributos diferidos por natureza (ativos e passivos):

	2023	2022
IRPJ/CSL diferidos sobre prejuízo fiscal/ base negativa	55.356	52.214
IRPJ/CSL diferidos sobre diferenças temporárias ativas:		
Provisões ativas	65.113	20.924
Direito de uso	1.446	1.805
Total ativo diferido ^a	121.915	74.943
IRPJ/CSL sobre diferenças temporárias passivas:		
Provisões passivas	(64.355)	-
Arrendamento a pagar	(1.312)	(1.713)
Total passivo diferido	(65.667)	(1.713)
Diferido Líquido	56.248	73.230

(a) Montante constituído de ativo diferido baseado na estimativa de geração de lucros tributáveis futuros:



Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado

Em 31 de dezembro de 2023, os tributos calculados sobre o lucro líquido compreendem o IRPJ (alíquota de 15% e adicional de 10%) e a CSL (alíquota de 9%). A conciliação do valor calculado pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social é demonstrada a seguir:

	2023	2022
Resultado do exercício antes do IRPJ/CSL	49.817	(119.452)
Alíquota nominal - %	34%	34%
IRPJ/CSL à alíquota nominal	(16.938)	40.614
Outras diferenças permanentes	(43)	(47)
IRPJ e CSL correntes e diferidos	(16.981)	40.567
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	(16.981)	40.567
Total	(16.981)	40.567
Alíquota efetiva	34,09%	33,96%

8. Contas a receber

Prática contábil

Correspondem aos valores faturados pela venda de energia elétrica no curso normal das atividades da Empresa. Inicialmente, o reconhecimento é pelo valor justo e, subsequentemente, mensurado pelo custo amortizado, ajustado ao valor presente.

	2023	2022
Ambiente de Contratação Livre (ACL)	140.733	77.176
	140.733	77.176

Avaliação do risco de crédito

Para os contratos comercializados bilateralmente, é realizada uma análise de risco frente às contrapartes antes da operação, por meio de informações auditadas, informações de mercado e situação atual da empresa e, posteriormente, através do registro do contrato na CCEE. Também é realizado um acompanhamento da empresa em relação aos pagamentos, para que, em caso de atraso, a energia negociada não seja registrada e a contraparte fique com um déficit de energia, sujeita ao preço de energia atual no mercado (PLD) e à multa na Câmara Comercializadora de Energia Elétrica (CCEE).

O mercado de contratação livre de energia ainda conta com outras formas de mitigação do risco, como cláusulas contratuais, carta fiança, seguro garantia e outros.

Além disso, a Empresa realiza uma análise individual por cliente afim de avaliar se há algum cliente com risco de crédito, histórico e condições de venda. Após a análise, não foi identificado nenhum risco de perda de crédito esperada.

9. Valor justo dos contratos de energia

Prática contábil

A Empresa opera no Ambiente de Contratação Livre (ACL) e firmou contratos bilaterais de compra e venda de energia com diferentes participantes do mercado. Dessa forma, assume compromissos de contratos bilaterais de curto e longo prazo que compõem seu portfólio. Em decorrência das operações descasadas, assume posições de sobras ou déficits de energia, que são mensuradas a uma curva de preço futuro de mercado (curva *forward*). Portanto, a Empresa designa esses contratos como instrumentos financeiros, conforme IFRS 9/CPC 48, no início do contrato para contemplar a contabilização da correta exposição ao risco das operações de compra e venda futura dos contratos bilaterais. O valor justo dos contratos de comercialização considera: (i) os preços estabelecidos nas operações de compra e venda recentes; (ii) margem de risco no fornecimento; e (iii) o preço de mercado projetado no período de disponibilidade. Sempre que o valor justo no reconhecimento inicial para esses contratos diferir do preço da transação, um ganho ou perda será reconhecido. O valor justo dos contratos está classificado como nível 3 na hierarquia de valor justo.

Estimativas e julgamentos

O resultado da marcação a mercado (MtM) da carteira de contratos de compra e venda de energia para entrega futura do segmento de Comercialização de Energia é calculado como o somatório das diferenças entre o valor contratado e o valor de mercado atual de cada posição em aberto, trazidas a valor presente pela taxa de desconto correspondente. O valor de mercado de cada posição em aberto é calculado pela multiplicação da quantidade de energia pelo preço de mercado correspondente ao submercado, fonte e maturidade (prazo para o suprimento) associado. As curvas de preços de mercado utilizadas para a marcação a mercado refletem o valor de saída das posições de energia e se baseiam em referências de preços de mercado independentes e na visão interna da empresa.

Valor justo dos contratos de comercialização de energia	2023	2022
Ativo circulante	392.059	389.010
Ativo não circulante	492.943	293.642
Passivo circulante	(478.854)	(484.198)
Passivo não circulante	(411.175)	(247.776)
Posição Líquida	(5.027)	(49.322)

A carteira de comercialização permite flexibilidade para gerenciar os contratos com o objetivo de obter ganhos por variações nos preços de mercado, considerando as políticas e os limites de riscos estabelecidos. A finalidade é gerar lucro por flutuações de preço no curto prazo ou ganho com margem em operações de longo prazo.

10. Fornecedores

Prática contábil

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas no balanço conforme prazo de vencimento (circulante e não circulante). Inicialmente, elas são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

	2023	2022
Comercialização de energia	179.294	88.153
Outros	141	
	179.435	88.153
Circulante	179.435	88.153

11. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Prática contábil

Um ativo e um passivo financeiros são reconhecidos quando uma entidade se torna parte das disposições contratuais de um instrumento financeiro. Exceto para contas a receber de clientes sem componente de financiamento significativo. Nesse caso, os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados a valor justo e, caso não sejam classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado, os custos de transação que forem diretamente atribuíveis a sua aquisição ou emissão são adicionados ou reduzidos.

Classificação e mensuração subsequente

Geralmente, ativos e passivos financeiros são classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, exceto em algumas circunstâncias, que incluem determinados ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Quando ativos e passivos financeiros mensurados a custo amortizado têm seus termos contratuais modificados e tal modificação não for substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação é reconhecida como ganho ou perda no resultado do período. Subsequentemente, os instrumentos financeiros derivativos são mensurados subsequentemente ao valor justo por meio do resultado.

A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas frente às vigentes no mercado. A Empresa não efetua aplicações de caráter especulativo com instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, sendo essa determinação prevista na política de finanças vigente.

Os valores justos são determinados com base nos preços de mercado, quando disponíveis, ou na sua falta, no valor presente de fluxos de caixa futuros esperados. Segue abaixo a característica de cada classificação:

Custo amortizado: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e cujo modelo de negócios tem como objetivo manter o ativo para receber seus fluxos de caixa contratuais;

Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e cujo modelo de negócios tem como objetivo tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto a sua venda, bem como investimentos em instrumentos patrimoniais não mantidos para negociação nem contraprestação contingente que, no reconhecimento inicial, a Empresa elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes; e

Valor justo por meio do resultado: todos os demais ativos financeiros. No caso da Empresa, esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos.

A hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados em base recorrente está demonstrada a seguir:

- (i) **Nível I:** são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração;
- (ii) **Nível II:** são informações, que não incluem os preços cotados no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente;
- (iii) **Nível III:** são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

A descrição dos saldos contábeis dos instrumentos financeiros incluídos nos balanços patrimoniais, bem como a classificação da hierarquia de valor justo, está apresentada a seguir:

	2023			2022		
	Custo Amortizável	Valor Justo por meio do resultado	Total	Custo Amortizável	Valor Justo por meio do resultado	Total
Ativos Financeiros						
Caixa e Equivalente de Caixa	1.563	-	1.563	645	-	645
Títulos e valores mobiliários	-	5	5	-	918	918
Instrumentos financeiros derivativos	-	21.874	21.874	-	-	-
Valor justo dos contratos de energia	-	885.002	885.002	-	682.652	682.652
Contas a receber	140.733	-	140.733	77.176	-	77.176
Operações comerciais	75.832	-	75.832	66.906	-	66.906
	218.128	906.881	1.125.009	144.727	683.570	828.297
Passivos Financeiros						
Fornecedores	179.435	-	179.435	88.153	-	88.153
Valor justo dos contratos de energia	-	890.029	890.029	-	731.974	731.974
Operações comerciais	104.925	-	104.925	91.079	-	91.079
	284.360	890.029	1.174.389	179.232	731.974	911.206

Estimativa do valor justo

Os instrumentos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

	2023				2022			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros								
Títulos e valores mobiliários	-	5	-	5	-	918	-	918
Instrumentos financeiros derivativos	-	21.874	-	21.874	-	-	-	-
Valor justo dos contratos de energia	-	-	885.002	885.002	-	-	682.652	682.652
	-	21.879	885.002	906.881	-	918	682.652	683.570
Passivos financeiros								
Valor justo dos contratos de energia	-	-	890.029	890.029	-	-	731.974	731.974
	-	-	890.029	890.029	-	-	731.974	731.974

Análise de sensibilidade – hierarquia de nível 3

	Técnica de valorização	Dados não observáveis	Valor justo dos contratos de energia	Sensibilidade dos inputs ao valor justo (a)
Ativos financeiros			994.709	+10% 895.487
	Método de fluxo de caixa descontado	Preço projetado de energia		-10% 1.090.039
Passivos financeiros			979.731	+10% 845.007
				-10% 1.113.867

a. Esse cenário de variação de 10% representa uma flutuação considerada razoável pela Empresa, tomando como base o histórico de negociações firmados em condições similares de mercado.

Métodos e técnicas de avaliação

Devido ao seu vencimento no curto prazo, entende-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e fornecedores é equivalente aos seus valores contábeis.

Os títulos e valores mobiliários classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado referem-se principalmente a investimentos em títulos públicos federais por meio do fundo exclusivo da Empresa e, por isso, entende-se que o seu valor justo está refletido no valor da cota do fundo.

Alguns instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, em função do seu ciclo de longo prazo para realização, podem possuir o valor justo diferente do seu saldo contábil. O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Empresa usa seu julgamento para escolher o método e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

11.1 Riscos de mercado

11.1.2 Derivativos, hedge e gerenciamento de risco

Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, a Empresa pode contratar operações de *Non-Deliverable Forwards* (NDFs) para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados ou indexados à moeda estrangeira.

A Empresa possui NDFs com a finalidade de mitigar a exposição cambial decorrente de investimentos e operações de venda de energia em moeda estrangeira para as receitas denominadas ou indexadas ao dólar. Os derivativos são usados apenas para fins econômicos de *hedge* de desembolsos em moeda estrangeira, tendo em vista que o objetivo da cobertura é trazer maior previsibilidade ao fluxo de caixa futuro, mitigando o risco do impacto cambial sobre os pagamentos que são objeto dos *hedges* contratados e não como investimentos especulativos.

Contabilmente, tanto os contratos de venda indexados ao dólar quanto os derivativos relacionados são mensurados ao valor justo por meio do resultado desde o reconhecimento inicial, não sendo necessária a designação para contabilidade de *hedge*.

Risco de variação dos preços de mercado de energia elétrica

A Empresa opera no mercado de compra e venda de energia com o objetivo de alcançar resultados com as variações do preço de energia, respeitados os limites de risco preestabelecidos pela administração da Empresa. Essa atividade expõe a Empresa ao risco do preço futuro da energia.

As operações futuras de compra e venda de energia são reconhecidas pelo valor justo por meio do resultado, apurado pela diferença entre o preço contratado e o preço de mercado futuro estimado pela Empresa. O valor justo estimado de ativos e passivos financeiros dos contratos de energia da Empresa foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e de metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, certo julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado.

11.2 Risco de crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade da Empresa sofrer perdas em função da inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Esse fator de risco pode ser oriundo de operações comerciais e da gestão de caixa.

Para mitigar os riscos, a Empresa adota como prática a análise da situação financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como o acompanhamento permanente das posições em aberto.

A Empresa possui uma política de aplicações financeiras, na qual estabelece limites de aplicação por instituição e considera a avaliação de *rating* como referencial para limitar o montante aplicado. Os prazos médios são constantemente avaliados bem como os indexadores das aplicações para fins de diversificação do portfólio.

	2023	2022
Posições do risco de crédito		
Caixa e equivalente de caixa	1.563	645
Títulos e valores mobiliários	5	918
Contas a receber	140.733	77.176
Valor justo dos contratos de energia	885.002	682.652
	1.027.303	761.391

11.3 Risco de Liquidez

A Empresa monitora seu nível de liquidez considerando os fluxos de caixa esperados em contrapartida ao montante disponível de caixa e equivalentes de caixa. A gestão do risco de liquidez implica em manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes e capacidade de liquidar posições de mercado. Os valores reconhecidos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 se aproximam dos valores de liquidação das operações, incluindo a estimativa de pagamentos futuros de juros.

	2023					
	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Passivos						
Fornecedores	177.477	1.958	-	-	-	179.435
Operações comerciais com partes relacionadas	-	95.469	9.456	-	-	104.925
Valor justo dos contratos de energia	459.221	101.167	29.836	299.805	-	890.029
	636.698	198.594	39.292	299.805	-	1.174.389

	2022					
	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Passivos						
Fornecedores	-	88.153	-	-	-	88.153
Valor justo dos contratos de energia	243.232	240.940	146.691	101.111	-	731.974
Operações comerciais com partes relacionadas	-	25.207	65.872	-	-	91.079
	243.232	354.300	212.563	101.111	-	911.206

11.4 Risco de Capital

Os objetivos da Empresa ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Empresa, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

12. Partes relacionadas

Empresas ligadas

A Empresa possui como principais empresas ligadas: Eneva S.A., Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S.A, Centrais Elétricas do Sergipe S.A., FC One Energia Ltda, Focus Energia Ltda.

Os saldos relativos as operações com partes relacionadas estão representadas da seguinte forma:

	Ativo		Passivo		Resultado	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Operações comerciais						
Eneva S.A.	-	-	15.046	3.892	(14.358)	8.614
Parnaíba Geração de Energia S.A. (a)	19.506	55.110	25.023	87.162	(30.435)	(59.093)
Centrais Elétricas do Sergipe S.A. (a)	20.533	-	32.967	-	47.263	-
FC One Energia Ltda	6.418	255	7.525	-	35.624	-
Focus Energia Ltda (a)	27.495	4.715	22.206	25	82.174	-
Outros	1.880	6.826	2.158	-	31.465	21.127
	75.832	66.906	104.925	91.079	151.733	(29.352)
Circulante	73.215	-	95.469	25.207	-	-
Não circulante	2.617	66.906	9.456	65.872	-	-

a. Saldo entre empresas do grupo Eneva, relativo a faturas de operações de venda de energia no ambiente livre de contratação.

Remuneração dos membros da Diretoria

De acordo com a Lei nº 6.404/1976 e com o estatuto social da Empresa, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores, cabendo ao Conselho de Administração da Controladora efetuar a distribuição da verba entre os mesmos.

Durante os exercícios de 2023 e 2022 a administração da Empresa foi realizada diretamente pela Controladora. Assim sendo, não foram incorridos gastos com remuneração desses administradores pela Empresa.

13. Provisão para contingências

A Empresa é parte em ações judiciais trabalhista que são monitorados e constantemente avaliados pela Administração e por seus advogados internos e assessores jurídicos.

Prática contábil

A Empresa constitui uma provisão quando há obrigação presente, originada de eventos passados e que haverá provável desembolso de caixa para seu encerramento. A Empresa não possui saldo da provisão para contingências nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

Estimativas e julgamentos

A Empresa é parte de diversos processos judiciais e administrativos, para os quais são constituídas provisões quando é provável uma saída de recursos para liquidar a contingência e uma estimativa razoável possa ser realizada. Os passivos contingentes significativos avaliados como de risco possível e remoto não são provisionados. Os processos avaliados como de risco possível são divulgados em notas explicativas.

A probabilidade de saída de recursos é baseada em avaliação e qualificação dos riscos. Essa avaliação é suportada pelo julgamento e pela experiência da Administração, juntamente com seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, bem como outros aspectos aplicáveis. As avaliações de risco e os valores estimados podem divergir dos que vierem a ser incorridos pela Empresa.

Contingências com risco possível (não provisionado)

A Empresa possui causas de natureza trabalhista que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração e por seus advogados e assessores jurídicos como possível. As contingências possíveis passivas estão assim representadas:

	2023	2022
Trabalhistas	28	-
	28	-

14. Patrimônio líquido**Capital social**

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

Em 15 de janeiro de 2023, a Empresa aprovou por meio da 32ª alteração e consolidação do contrato social o aumento de capital social no montante de R\$ 3.790 oriundo do saldo do AFAC. O capital social da Eneva Comercializadora de Energia Ltda, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, corresponde a R\$ 66.941 e a R\$ 63.151, respectivamente.

Abaixo o quadro societário da Empresa:

Acionista	Quantidade	2023		2022	
		%	Quantidade	%	Quantidade
Eneva Participações S.A.	66.941	100,00%	63.151	100,00%	63.151
Total	66.941	100,00%	63.151	100,00%	63.151

Diretoria

Lino Lopes Caçado

Diretor Presidente

Marcelo Campos Habibe

Diretor

Marcelo Cruz Lopes

Diretor



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2023

Eneva Comercializadora de Energia Ltda

Praia de Botafogo, 501 | Torre Corcovado, sala 404 B
Rio de Janeiro (RJ) | CEP: 22.250-040



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Administradores e Acionistas da
Eneva Comercializadora de Energia Ltda.
Rio de Janeiro - RJ**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Eneva Comercializadora de Energia Ltda. (“Empresa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Eneva Comercializadora de Energia Ltda. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 26 de abril de 2024

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Hugo Hermes Blezer
Contador CRC RJ-109093/O-5